



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Auditoria Administrativa de Controle Interno**

# **PLANO ANUAL DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA**

## **EXERCÍCIO 2018**

**Novembro/2017**



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Auditoria Administrativa de Controle Interno**

**EQUIPE**

<b>Quadro 1 – Equipe da Auditoria Administrativa de Controle Interno (posição novembro/2017)</b>		
<b>Ordem</b>	<b>Gestão/Coordenação</b>	<b>Cargo/Função</b>
1	Leonel Gois Lima Oliveira	Auditor Chefe
2	Lídia Maria Mendes dos Santos	Auditora
3	Carlos André Melo Pontes	Auditor
<b>Equipe Técnica</b>		<b>Cargo/Função</b>
4	Cinara Castelo Branco de Castro	Técnico Judiciário
5	Francisco Vieira de Castro	Técnico Judiciário
6	Gerson Ricardo Porto Farias	Analista Judiciário
7	Juliana Alencar Alves	Analista Judiciário
8	Karla Caldas Borges	Analista Judiciário
9	Nicole de Albuquerque Vasconcelos Soares	Analista Judiciário
10	Soraya Saraiva Sampaio	Auxiliar Judiciário
<b>Apoio Administrativo</b>		
11	Nelson Rubens de Castro Sampaio	Terceirizado
12	Andrea Lucas Walraven	Estagiária

**SUMÁRIO**

<b>1. Apresentação.....</b>	<b>4</b>
<b>2. A Auditoria Administrativa de Controle Interno.....</b>	<b>5</b>
2.1. Amparo Legal e Normativo.....	5
2.2. Missão, Visão de Futuro e Valores.....	5
2.3. Capacidade Operacional e de Gestão.....	5
<b>3. Princípios Norteadores para o Plano de Ação – 2018.....</b>	<b>7</b>
3.1. Objetivos e Propósitos do Plano de Auditoria.....	7
3.2. Universo Financeiro Passível de Auditorias.....	7
3.3. Principais Atividades de Verificação.....	8
<b>4. Política de Atuação e Metodologia.....</b>	<b>10</b>
4.1. Planejamento.....	10
4.2. Matriz de Risco.....	11
4.3. Alocação da Força de Trabalho.....	11
4.4. Atividades Planejadas.....	14
<b>5. Outras Considerações.....</b>	<b>16</b>
<b>6. ANEXOS (I – II – III, IV, V e VI).....</b>	<b>17</b>

## 1. Apresentação

1. O **Controle** é um processo estruturado que visa a mitigar riscos na execução dos fluxos dos processos, dos procedimentos e na tomada de decisões, objetivando garantir que as atividades se concretizem com razoável segurança e em estrita conformidade com as leis, normas e regulamentos.
2. Por sua vez, por fidelidade a essas diretrizes, a Auditoria Administrativa de Controle Interno (Audin) do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) busca, em suas atividades, contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços, para a racionalidade dos gastos públicos e o combate ao desperdício.
3. Com esses propósitos, a Auditoria Administrativa de Controle Interno apresenta o seu Plano Anual de Atividades de Auditoria para o ano de 2018, tendo como premissas básicas as suas atribuições legais, os objetivos estratégicos do Poder Judiciário e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
4. O planejamento das atividades compreende as ações que definirão a amplitude, o escopo e a profundidade das auditorias a serem realizadas, com vistas ao cumprimento da missão institucional desta unidade de Auditoria Interna e o apoio aos gestores do TJCE para uma administração orientada para a aderência às normas e para resultados.

## 2. A Auditoria Administrativa de Controle Interno

### 2.1. Amparo Legal e Normativo

5. A necessidade de implantação de um Sistema de Controle Interno no âmbito dos três Poderes está definida nos artigos 70 e 74 da Carta Magna de 1988, nos artigos 68 e 190-A da Constituição do Estado do Ceará e no artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000, denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal. Por sua vez, a Lei nº 16.208, de 3 de abril de 2017, prevê, no artigo 10, as finalidades e as competências da Auditoria Administrativa de Controle Interno no âmbito do Poder Judiciário do Ceará.

6. O CNJ, por meio das Resoluções Nº 86, de 8 de setembro de 2009, e Nº 171, de 1º de março de 2013, prescreve sobre a organização e o funcionamento das unidades de controle interno nos Tribunais do Poder Judiciário, enfatizando propósitos, diretrizes, princípios, conceitos e as normas técnicas necessárias à sua integração.

### 2.2. Missão, Visão de Futuro e Valores

7. A Auditoria Administrativa de Controle Interno do Poder Judiciário do Estado do Ceará tem como **missão** “Contribuir para a garantia da excelência nas atividades administrativas do Poder Judiciário do Estado do Ceará, atuando para o fortalecimento dos controles internos”. Por seu turno, a **visão de futuro** é a de “ser reconhecida como referência em termos de controle interno no âmbito do Poder Judiciário”.

8. As atividades a serem desenvolvidas submeter-se-ão rigorosamente aos princípios da boa gestão pública e serão pautadas nos **valores** inarredáveis da ética, da transparência, do comprometimento, da responsabilidade, do respeito e do espírito de equipe, sempre na busca da excelência em seus trabalhos.

### 2.3. Capacidade Operacional e de Gestão

9. Para cumprir a sua missão e contribuir para uma gestão de padrões de qualidade e segurança exigidos nas áreas administrativas do Poder Judiciário do Estado do Ceará, faz-se necessário contar com estrutura adequada de recursos humanos e materiais, insumos indispensáveis ao regular desempenho dos papéis de fiscalização, de assessoramento e de orientação às unidades.

10. Subordinada diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça, a estrutura organizacional da unidade conta com três cargos comissionados: um de Auditor Chefe – DAE1 e dois de Auditor – DAJ1.
11. O quadro atual de servidores da Auditoria Administrativa de Controle Interno encontra-se constituído por cargos e funções, da seguinte forma:

<b>Cargos/Funções</b>	<b>Quantidade</b>
Auditor Chefe	1
Auditores	2
Técnicos	7
Apoio Administrativo	1
Estagiário	1
<b>Total</b>	<b>12</b>

#### **2.4. Formas de Atuação**

12. A Audin espera realizar auditorias nas seguintes modalidades:

I – ordinariamente, de acordo com este Plano Anual de Atividades de Auditoria, a ser submetido à aprovação da Presidência do Tribunal de Justiça;

II – por demandas expressas dos órgãos do TJCE, se deferidas pela Presidência;

III – por determinação do Auditor Chefe, quando a necessidade assim exigir, sob comunicação prévia à Presidência do TJCE;

IV – por determinação da Presidência do TJCE, que indicará os fins e a extensão dos trabalhos de auditoria a serem realizados;

V – por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com anuência prévia da Presidência do TJCE.

### **3. Princípios Norteadores para o Plano de Ação - 2018**

#### **3.1. Objetivos e Propósitos do Plano de Auditoria**

13. A Auditoria Administrativa de Controle Interno, alinhando suas atividades às determinações legais, às diretrizes estabelecidas pelo CNJ e ao direcionamento estratégico do Poder Judiciário do Estado do Ceará, embasou a realização do seu Plano de Ação para 2018 a partir dos objetivos e propósitos delineados, enfocando:

- a) os princípios constitucionais que vinculam a gestão pública: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência;
- b) os princípios básicos que orientam a gestão das áreas Administrativas do TJCE, como: participação, cooperação, parceria, transparência e racionalidade;
- c) o volume de recursos envolvidos, tendo como referência os valores orçamentários executados em 2017;
- d) ações preventivas para aprimoramento das práticas da boa gestão, que visem ao compromisso com a qualidade e a regularidade na aplicação dos recursos;
- e) a criação de mecanismos de modernização que objetivem conferir transparência e visibilidade aos atos administrativos.

#### **3.2. Universo Financeiro Passível de Auditorias**

14. A Auditoria Administrativa de Controle Interno deve avaliar, por meio de atividades de controle preventivo e corretivo, os atos de gestão, os processos e procedimentos operacionais e os controles internos administrativos, focando na melhoria da qualidade dos serviços prestados, na racionalidade dos gastos públicos e no combate ao desperdício.

15. Para tanto, são passíveis de abordagem as ações empreendidas pelos gestores das Unidades Administrativas do Poder Judiciário do Estado do Ceará, responsáveis pela execução orçamentária dos recursos alocados para o exercício de 2017, na forma a seguir:

Quadro 3 – Execução Orçamentária – 2017 (R\$)					
Fonte: TESOURO 2017		Fonte: FERMOJU 2017		FUNSEG 2017	
Custeio	77.504.419,99	Custeio	99.096.778,28	Custeio	105.433,83
Pessoal	780.619.964,24	Investimento	2.966.371,79	Investimento	2.900.857,08
<b>Total</b>	<b>858.124.384,23</b>		<b>102.063.150,07</b>		<b>3.006.290,91</b>

Fonte: SIOF/SEPLAG (CE) – (valores empenhados até out/2017 – acesso realizado em nov/2017).

### 3.3. Principais Atividades de Verificação

16. As principais atividades de verificação estão listadas a seguir:

#### a) Avaliação e Acompanhamento

- Adequação e eficácia dos controles;
- Integridade das informações contábeis, orçamentárias e patrimoniais;
- Avaliação dos controles internos.

#### b) Observância, Comprovação da Legalidade e Avaliação dos Resultados

- Integridade e confiabilidade dos sistemas estabelecidos para assegurar a observância das políticas, metas, planos, normas, leis, procedimentos e regulamentos, bem como sua efetiva utilização, compreendendo a gestão orçamentária e de pessoal;
- Eficiência, eficácia e economicidade na aplicação dos recursos, dos procedimentos e métodos para salvaguarda dos ativos e a comprovação de sua existência, assim como a exatidão dos ativos e passivos, englobando a gestão financeira e patrimonial.

#### c) Apoio ao Controle Externo

- Tratamento/comunicação e acompanhamento das ocorrências detectadas nos trabalhos de Auditoria;
- Elaboração de relatório de acompanhamento da gestão fiscal;
- Elaboração de relatório de auditoria sobre a prestação de contas das unidades orçamentárias do Poder Judiciário;
- Certificação de prestação de contas dos órgãos do Poder Judiciário;



- Realização de diligências ou auditorias eventualmente requeridas.

#### **d) Monitoramento e Acompanhamento de Auditoria**

- Ações de monitoramento e acompanhamento das providências adotadas pelas unidades auditadas, por meio de coleta sistemática de informações para análise da implementação das determinações e recomendações consignadas nos relatórios de auditoria;
- Elaboração de relatórios de monitoramento sobre o cumprimento das recomendações e determinações indicadas nos relatórios de auditoria.

## **4. Política de Atuação e Metodologia**

17. As atividades de auditoria buscarão aferir a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão, com abordagem dos principais aspectos de controle a seguir:

- a) diretrizes e metas;
- b) processos de licitação, dispensas e inexigibilidades;
- c) patrimônio;
- d) execução orçamentária, financeira e contábil;
- e) contratos e convênios (execução e acompanhamento);
- f) inspeções administrativas;
- g) fiscalizações;
- h) avaliação dos controles internos;
- i) demais aspectos operacionais e administrativos.

18. O controle é ferramenta indispensável em todos os processos e procedimentos de uma entidade corporativa. Por isto e, devido à importância de que se reveste, esta Unidade de Auditoria buscará meios de continuar a disseminar a cultura de controle interno por meio de novas oportunidades de interação com os demais segmentos do Poder Judiciário.

19. A metodologia a ser adotada no Plano de Atividades segue a doutrina e as regras de auditoria aplicáveis ao Controle Interno do Setor Público e envolve as seguintes etapas.

### **4.1. Planejamento**

20. O planejamento das atividades de auditoria para o exercício 2018 está embasado no levantamento inicial do universo passível de exame, segmentado em processos operacionais e administrativos, contratos, convênios, sistemas eletrônicos e unidades vinculadas, submetidos a um procedimento prévio de avaliação visando à priorização dos trabalhos, sendo as atividades realizadas por meio de:

- a) Auditoria – exame sistemático, aprofundado e independente para avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos de trabalho, sistemas de informações e controles internos administrativos;

- b) Inspeção Administrativa – técnica de prevenção e controle utilizada para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias quanto à legalidade e à legitimidade de fatos e atos praticados por agentes responsáveis;
- c) Fiscalização – técnica de controle utilizada para comprovar se o objeto dos programas institucionais existe, corresponde às especificações estabelecidas, atende às necessidades para as quais foi definido, atende à legislação, guarda coerência com as condições e características pretendidas e se os mecanismos de controle administrativo são eficientes e permitem a avaliação de resultados.

#### 4.2. Matriz de Risco

21. A elaboração de uma matriz de risco é base para a etapa de planejamento dos trabalhos de auditoria e permite definir com razoável segurança que processos, controles internos e objetos devem ser verificados prioritariamente em função da vulnerabilidade de cada um deles e sua importância relativa para os procedimentos de auditoria. Ela envolve três dimensões principais: *materialidade, complexidade e relevância*.

22. A *matriz de risco* contém a pontuação correspondente a cada objeto de forma ordenada, correspondente ao somatório da pontuação relativa, atribuída aos fatores de risco, decorrente da aplicação pela equipe de auditoria de pesos correspondentes a cada fator.

#### 4.3. Alocação da Força de Trabalho

23. Foi reservado 15% do total de dias úteis do exercício para as ações de desenvolvimento e capacitação da equipe, cujo plano, previsto no Parecer nº 02/2013 – SCI/Presi/CNJ, foi apresentado à Presidência desta Corte de Justiça por meio do ofício nº 33/2017, em 17 de outubro de 2017, contemplando as ações para promover capacitação da equipe gerencial e técnica, bem como maior incentivo ao processo de educação continuada, com o objetivo de consolidar equipe multidisciplinar habilitada para cumprir sua missão institucional. Acrescenta-se, também, o tempo de treinamento voltado para a implantação do Sistema de Auditoria – Sisaud, com início de funcionamento previsto para o segundo semestre de 2018.

24. Foi alocado 10% do total de dias úteis do exercício para as ações de monitoramento das atividades de auditoria. O monitoramento é o processo de acompanhamento sistemático das providências adotadas pela unidade auditada das recomendações/determinações inseridas nos relatórios de auditoria quanto à sua efetiva e tempestiva implantação por parte dos gestores das áreas objeto dos trabalhos de auditoria.

25. A distribuição da força de trabalho por atividades objetiva otimizar o esforço que será despendido nas atividades de gestão e execução com alocação dos dias úteis estimados, conforme se demonstra no quadro adiante.

<b>Quadro 4 – Dias alocados por equipe – 2018</b>		
<b>Equipe</b>	<b>%</b>	<b>Nº de Dias</b>
<b>Equipe Gestora</b>	<b>100%</b>	<b>426</b>
Gestão e Acompanhamento	85%	362
Planejamento Anual/Longo Prazo	10%	43
Demandas Externas	5%	21
<b>Equipe Técnica</b>	<b>100%</b>	<b>897</b>
Auditorias Programadas	85%	762
Auditorias Especiais	15%	135
<b>Total</b>		<b>1323</b>

26. Entre as ações de gestão e acompanhamento, há aquelas voltadas à disseminação de conhecimentos de atividades de controles internos, à conscientização para a necessidade de aprimoramento dos processos de trabalho, ao aperfeiçoamento das práticas de gestão e à redução dos níveis de exposição a riscos operacionais.

27. Nos trabalhos de auditorias programadas tratados neste plano estão englobadas as seguintes modalidades de atuação:

- **Auditoria Operacional:** acompanhamento e avaliação das ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional ou parte dele, além dos contratos, com a finalidade de certificar a efetividade e oportunidade dos controles internos;
- **Auditoria de Gestão:** certificar a regularidade das contas, verificando a execução dos contratos, convênios, acordos ou ajustes, governança de TI, riscos, resultados, bem como a probidade na aplicação dos recursos públicos e na guarda ou administração de valores e outros bens do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;
- **Auditoria Contábil:** certificar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, com a legislação e se as demonstrações originárias refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações apresentadas;

- **Auditoria Permanente:** acompanhamento e avaliação do sistema de Distribuição (Portaria Nº 177/2011) e das informações do Portal da Transparência;
- **Auditoria Sistemática:** engloba as atividades pertinentes à Execução Orçamentária, Gestão Fiscal, Suprimento de Fundos e Prestação de Contas;
- **Auditoria Especial:** exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, realizada para atender solicitação expressa de autoridade competente;
- **Ação Coordenada de Auditoria:** atividades executadas em atendimento ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ, objetivando a gestão concomitante, tempestiva e padronizada sobre questões de relevância e criticidade para o Poder Judiciário.

28. A força de trabalho a ser alocada está distribuída conforme Quadros 5 e 6:

<b>Quadro 5: Dias alocados por atividade – 2018</b>		
<b>Atividades</b>	<b>Nº Dias</b>	<b>% por atividade</b>
Gestão e Acompanhamento	362	27%
Auditorias Programadas	762	58%
Auditorias Especiais	135	10%
Planejamento Anual	43	3%
Demandas Externas	21	2%
<b>Total</b>	<b>1323</b>	<b>100%</b>

<b>Quadro 6 – Dias alocados por modalidade – 2018</b>		
<b>Modalidade</b>	<b>%</b>	<b>Nº Dias</b>
Operacional – Processos/Controles internos	29%	255
Operacional – Contratos	15%	135
Operacional – Tecnologia da Informação	13%	120
Operacional – Serviços de Engenharia	15%	135
Especial	15%	135
Permanente	5%	45
Sistemática	5%	45
Outras atividades	3%	27
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>897</b>

29. A quantidade de dias para execução de cada trabalho de auditoria foi estimada para atingir o maior quantitativo do universo a ser auditado, de forma a reduzir o prazo do ciclo de auditoria.
30. Os objetos dos trabalhos de auditoria foram segmentados nas categorias de grande, médio e pequeno porte, sendo atribuídos prazos de até 60 (sessenta), até 45 (quarenta e cinco) e até 30 (trinta) dias úteis, respectivamente.

#### 4.4. Atividades Planejadas

31. O ANEXO I (Matriz de Risco – Processos) informa os processos operacionais e a avaliação dos controles internos administrativos que serão auditados, conforme a força de trabalho;
32. O ANEXO II (Matriz de Risco – Contratos) informa os contratos de valor superior a R\$ 250 mil, objeto das atividades de observância, comprovação da legalidade e avaliação dos resultados, conforme força de trabalho calculada.
33. O ANEXO III (Matriz de Risco – Tecnologia da Informação) mostra as atividades/sistemas da área de Tecnologia da Informação que serão objeto de auditoria.
34. No ANEXO IV (Matriz de Risco – Serviços de Engenharia) constam as atividades de construções e reformas e a análise dos controles internos administrativos do Departamento de Engenharia e Arquitetura.
35. O ANEXO V (Atividades Sistemáticas) mostra as atividades de avaliação e acompanhamento relativas a suprimento de fundos, execução orçamentária, gestão fiscal e prestação de contas anual.
36. No ANEXO VI consta a descrição dos fatores de risco utilizados para elaboração da Matriz de Risco.
37. Para o exercício de 2018, foram selecionados os objetos relacionados a seguir:

#### Processos Operacionais

- Prestação de contas anual – TCE/CE;
- Folha de Pagamento (Despesa de Pessoal);
- Energia elétrica;
- Despesa Exercício Anterior – DEA – Custeio;
- FERMOJU-Recursos diretamente arrecadados – Fonte 70.

**Contratos**

- Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios Hom. Ltda. - Embratec Good Card (CT-037/2017);
- CTIS Tecnologia S.A. (CT-007/2015);
- Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra Ltda. (CT-004/2017).

**Tecnologia da Informação**

- Governança, gestão, riscos e controle de TI e TIC (Auditoria Compartilhada - CNJ)
- Gestão de Processos Judiciais de 1ª Instância.

**Serviços de Engenharia**

- Complementação da reforma e ampliação do prédio da Corregedoria Geral da Justiça (CT-003/2017);
- Reforma de adequação de edifício para instalação do Fórum de Iracema. (CT-032/2017);
- Reforma parcial do Fórum da Comarca de Aracoiaba. (CT-011/2017).

**Atividades Sistemáticas**

**I) Suprimento de Fundos:**

- a) avaliar a consistência e confiabilidade dos procedimentos;
- b) examinar a observância das políticas, normas e procedimentos definidos;
- c) emitir relatório sobre a regularidade da aplicação dos recursos.

**II) Execução Orçamentária:**

- a) avaliar o cumprimento dos objetivos, prioridades e metas estabelecidos;
- b) acompanhar o ingresso das receitas e monitorar a realização das despesas;
- c) examinar a inscrição e pagamento de Restos a Pagar;
- d) acompanhar as alterações orçamentárias;
- e) emitir relatório sobre a execução orçamentária.

**III) Gestão Fiscal:**

- a) acompanhar o ingresso das receitas e monitorar a realização das despesas;
- b) acompanhar o cumprimento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- c) monitorar o cumprimento dos prazos de apresentação e publicação.

**IV) Outras atividades:**

- a) emissão de Parecer (Resolução CNJ 114/2010);
- b) outras atividades inerentes aos trabalhos de auditoria.

**5. Outras Considerações**

38. Ressalte-se que os procedimentos relacionados aos convênios e unidades vinculadas serão examinados no contexto dos processos operacionais, com o objetivo de melhor aproveitar a força de trabalho, destacando que, no contexto deste Plano, as unidades judiciárias e extrajudiciárias vinculam-se ao Fermoju.

39. Nas matrizes de risco relativas a processos operacionais, encontra-se contemplada a avaliação dos controles internos administrativos das unidades pertinentes.

40. Por se tratar de estimativa, o plano anual de atividades poderá sofrer alterações no decorrer do exercício, visando a adequar a programação às demandas e à realidade da Unidade de Auditoria Administrativa de Controle Interno.

41. A Matriz de Contratos poderá sofrer atualizações sistemáticas ao longo do exercício, para otimização dos resultados de auditoria, bem como poderá ocorrer a substituição de contrato concluído, respeitada a sequência da Matriz de Riscos.

42. Por fim, considerando-se as peculiaridades do primeiro semestre, com referência à concentração de férias e os esforços para fechamento das atividades do exercício anterior, estima-se realizar, até o dia trinta de junho, o percentual de 40% das auditorias programadas na modalidade de Auditoria Operacional.

Fortaleza, 24 de novembro de 2017.

**Leonel Gois Lima Oliveira**  
Auditor Chefe

**Carlos André Melo Pontes**  
Auditor

**Cinara Castelo Branco de Castro**  
Auditora, em exercício





**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Auditoria Administrativa de Controle Interno**

**ANEXO I - MATRIZ DE RISCO**  
**Processos**

Universo	Sigla				Fatores de Risco					Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
	TJ	Fermoju	Funseg	Total	Lapso temporal de Auditoria	Relevância	Materialidade	Complexidade	Controle Interno				
					5	4	3	2	1				
Prestação de contas anual – TCE/CE	858.124.384,23	102.063.150,07	3.006.290,91	963.193.825,21	1	4	4	4	4	45	75	60	60
Folha de Pagamento (Despesa de Pessoal)	652.397.958,99			652.397.958,99	1	4	4	4	4	45	75	60	120
Energia elétrica	801.677,95	5.114.392,12		5.916.070,07	2	4	4	2	3	45	75	45	165
Despesa Exercício Anterior – DEA – Custeio	1.393.895,10	5.072.400,19		6.466.295,29	1	4	4	4	3	44	73	45	210
FERMOJU-Recursos diretam. arrecadados - Fonte 70		88.530.150,08		88.530.150,08	1	4	4	4	3	44	73	45	255
Indenizações/restituições	18.830.277,98	19.190.230,97		38.020.508,95	4	1	4	2	3	43	72	45	300
Material de Consumo		1.791.487,90	24.124,00	1.815.611,90	4	3	1	3	2	43	72	45	345
Patrimônio Imóveis	146.582.900,10	1.968.020,64	651.860,77	149.202.781,51	3	2	3	3	3	41	68	30	375
Auxílio Alimentação - RPPS	33.525.850,28			33.525.850,28	4	1	4	2	1	41	68	30	405
Despesa Exercício Anterior – DEA – Pessoal	5.080.840,38			5.080.840,38	3	2	4	2	2	41	68	45	450
Locação de mão de obra	6.997.666,61	30.740.102,98		37.737.769,59	2	3	4	2	2	40	67	30	480
Serviços de telecomunicações	965.199,82			965.199,82	4	2	1	3	3	40	67	45	525
Pensões exclusive de RGPS	3.128.826,13			3.128.826,13	4	2	2	2	2	40	67	60	585
FERMOJU - Recursos Arrecad. da Venda de Selos		27.327.847,53		27.327.847,53	1	3	4	3	3	38	63	45	630
Equipamentos e Material Permanente		561.877,27	1.695.627,90	2.257.505,17	3	3	1	3	2	38	63	30	660
Locação de veículos	2.631,94	2.142.108,10		2.144.740,04	4	2	1	2	2	37	62	30	690
Água	100.719,55	713.532,73		814.252,28	4	2	1	2	2	37	62	30	720
Serviços de Comunicação em geral		3.764.026,17		3.764.026,17	2	3	3	2	2	37	62	30	750
Manutenção e Guarda de Documentos	51.392,30			51.392,30	4	2	1	2	1	36	60	30	780
Obrigações Patronais (INSS)	5.497.199,06			5.497.199,06	2	2	4	2	2	36	60	45	825
Estagiários/monitores	5.902.334,98			5.902.334,98	2	2	4	2	2	36	60	30	855
Vale-Transporte		100.884,60		100.884,60	4	2	1	1	2	35	58	30	885
Gestão da Esmec		64.980,52		64.980,52	2	3	1	3	3	34	57	30	915
Contribuição ao FUNAPREV	112.593.670,72			112.593.670,72	2	1	4	3	2	34	57	45	960
Ressarcimento de Despesas com pessoal requisitado	930.247,60			930.247,60	2	3	1	3	2	33	55	45	1005
Gerenciamento de Frota de Veículos		1.030.483,21		1.030.483,21	1	3	1	3	3	29	48	30	1035
Passagens aéreas e diárias (civil/militar)	2.434.620,42	255.735,86		2.690.356,28	1	2	2	3	3	28	47	45	1080



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Auditoria Administrativa de Controle Interno**

**ANEXO II - MATRIZ DE RISCO**  
**Contratos**

				Fatores de Risco					Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
				Materialidade	Relevância	Complexidade	Lapso Temporal de Auditoria	Nº Aditivos				
Contrato	Credor	Total Contrato (R\$)	Descrição	Valor Descritivo								
				5	4	3	2	1				
CT-037/2014	EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIOS HOM LTDA. - EMBRATEC GOOD CARD.	6.266.626,60	Serviço	4	3	2	3	3	47	78	45	45
CT-007/2015	CTIS TECNOLOGIA S.A	7.530.054,91	Serviço	4	2	2	4	4	46	77	45	90
CT-004/2017	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.	4.388.008,08	Serviço	3	3	3	4	1	45	75	45	135
CT-004/2015	LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S/A.	22.925.894,47	Serviço	4	2	1	1	9	42	70	45	180
CT-016/2013	EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARA - ETICE	4.457.371,60	Serviço	3	2	2	4	4	41	68	45	225
CT-021/2016	SOFTPLAN - PLANEJAMENTO E SISTEMAS LTDA.	23.546.700,84	Serviço	4	3	2	1	1	41	68	45	270
CT-005/2015	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT.	1.142.110,59	Serviço	1	4	4	1	5	40	67	45	315
CT-010/2016	OI MÓVEL S/A.	6.712.428,24	Serviço	4	2	1	4	1	40	67	45	360
CT-013/2016	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.	19.498.967,30	Serviço	4	2	2	1	4	40	67	45	405
CT-006/2015	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA.	2.033.454,36	Serviço	1	4	3	4	2	40	67	45	450
CT-042/2014	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.	61.235.491,55	Serviço	4	2	1	1	6	39	65	45	495
CT-056/2012	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.	4.216.971,32	Serviço	3	1	1	3	11	39	65	45	540
CT-681/2017	COELCE - COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA	5.168.312,00	Serviço	4	2	1	4	0	39	65	45	585
CT-014/2015	BANCO DO BRASIL S/A	21.000.000,00	Serviço	4	2	3	1	0	39	65	45	630
CT-044/2014	D&L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA. - EPP	4.552.645,32	Serviço	3	2	1	4	5	39	65	45	675
CT-033/2013	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.	3.995.957,38	Serviço	3	2	1	3	7	39	65	45	720
CT-048/2014	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.	2.245.506,04	Serviço	1	3	3	4	5	39	65	45	765
CT-034/2016	LANLINK SOLUÇÕES E COMERCIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA S/A	3.258.701,32	Aquisição	2	3	3	4	0	39	65	45	810
CT-029/2013	EGEL - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA.	3.990.990,72	Serviço	3	2	1	4	4	38	63	45	855
CT-056/2013	D&L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA. - EPP	3.925.392,39	Serviço	3	1	1	4	8	38	63	45	900
CT-010/2015	VM LOCADORA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA.	5.727.837,36	Serviço	4	1	1	4	3	38	63	45	945
CT-022/2017	LAMPIT SOLUTIONS TECNOLOGIA LTDA.	2.215.000,00	Serviço	1	4	3	4	0	38	63	45	990
CT-049/2011	EMPRESA TRANSPORTE RODOVIARIO URUBURETAMA	4.273.063,46	Serviço	3	1	2	4	5	38	63	45	1035
CT-042/2013	GELAR REFRIGERACAO COMERCIAL LTDA.	10.494.269,25	Serviço	4	1	1	3	5	38	63	45	1080
CT-682/2017	COELCE - COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA	38.224,00	Serviço	1	4	3	4	0	38	63	45	1125
CT-028/2017	CTIS TECNOLOGIA S.A	1.469.994,24	Serviço	1	4	3	4	0	38	63	45	1170
CT-005/2016	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.	1.912.753,08	Serviço	1	3	3	4	3	37	62	45	1215
CT-018/2014	ALBERFLEX INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA.	4.996.560,00	Aquisição	3	2	3	2	1	37	62	45	1260
CT-008/2016	PRIMARE ENGENHARIA LTDA.	1.385.862,14	Serviço	1	3	3	4	3	37	62	45	1305



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Auditoria Administrativa de Controle Interno**

**ANEXO II - MATRIZ DE RISCO**  
**Contratos**

				Fatores de Risco					Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
				Materialidade	Relevância	Complexidade	Lapso Temporal de Auditoria	Nº Aditivos				
Contrato	Credor	Total Contrato (R\$)	Descrição	5	4	3	2	1	Valor Descritivo			
CT-024/2015	VM LOCADORA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA.	425.707,20	Serviço	1	3	3	4	2	36	60	45	1350
ARP-037/2016	LANLINK SOLUÇÕES E COMERCIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA S/A	3.429.999,74		2	2	3	4	0	35	58	45	1395
CT-060/2012	WALDIR FROTA SAMPAIO FILHO ME	1.710.000,00	Serviço	1	3	2	4	4	35	58	45	1440
CT-032/2014	WEB VIAGENS E TURISMO LTDA.	130.731,48	Serviço	1	3	2	4	4	35	58	45	1485
CT-026/2016	ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DO DEFICIENTE AUDITIVO - APADA	1.694.939,28	Serviço	1	3	3	4	1	35	58	45	1530
CT-024/2017	MAIS SERVIÇOS LTDA.	1.040.387,41	Serviço	1	3	3	4	0	34	57	45	1575
CT-006/2016	CONDOR TURISMO EIRELI EPP	372.000,00	Serviço	1	3	3	4	0	34	57	45	1620
ARP-002/2017	MELHOR PROPOSTA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.	974.912,23		1	3	3	4	0	34	57	45	1665
CT-023/2012	TECNOLACH INDUSTRIAL LTDA.	2.611.820,00	Aquisição	2	2	2	4	0	32	53	45	1710
CT-005/2012	J. ESDRAS G. DE MEDEIROS - ME	676.723,08	Serviço	1	2	2	4	5	32	53	45	1755
CT-014/2013	STUDIO F3 LTDA. ME	1.701.098,70	Serviço	1	2	2	4	5	32	53	45	1800
CT-036/2016	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.	0,00	Serviço	1	2	3	4	1	31	52	45	1845
CT-059/2012	GELAR REFRIGERACAO COMERCIAL LTDA.	1.655.518,15	Serviço	1	2	2	4	4	31	52	45	1890
CT-023/2016	EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIO HOM LTDA. - EMBRATEC GOOD CARD.	886.200,00	Serviço	1	2	3	4	1	31	52	45	1935
CT-021/2017	LOCALIZA RENT A CAR S/A	715.836,00	Serviço	1	2	3	4	1	31	52	45	1980
CT-015/2017	CRASA C ROLIM MOTOS LTDA.	99.990,00	Aquisição	1	2	3	4	1	31	52	45	2025
CT-014/2017	CEARÁ DIESEL S/A	130.810,81	Aquisição	1	2	3	4	1	31	52	45	2070
ARP-005/2017	NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA.	1.090.000,00		1	2	3	4	0	30	50	45	2115
CT-037/2016	INBRATERRESTRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE SEGURANÇA LTDA.	18.244,00	Aquisição	1	2	3	4	0	30	50	45	2160
CT-016/2017	COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA	1.140.000,00	Serviço	1	2	3	4	0	30	50	45	2205
CT-025/2017	INDICADOR POPULAR SERVIÇOS LTDA.	50.499,00	Serviço	1	2	3	4	0	30	50	45	2250
CT-025/2013	STUDIO F3 LTDA. ME	550.199,60	Serviço	1	2	2	4	3	30	50	45	2295
CT-041/2013	INSTITUTO EUVALDO LODI	412.231,56	Serviço	1	2	2	4	3	30	50	45	2340
CT-011/2015	ACECO TI LTDA.	778.284,46	Serviço	1	2	2	4	2	29	48	45	2385
CT-023/2015	XM LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI	126.333,12	Serviço	1	2	2	4	1	28	47	45	2430
CT-031/2017	POSITIVO INFORMÁTICA S/A.	1.794.000,00		1	2	2	4	1	28	47	45	2475
CT-022/2016	RTA REDE DE TECNOLOGIA AVANÇADA LTDA.	480.000,00	Aquisição	1	2	1	4	4	28	47	45	2520



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Auditoria Administrativa de Controle Interno**

**ANEXO II - MATRIZ DE RISCO**  
**Contratos**

				Fatores de Risco					Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
				Materialidade	Relevância	Complexidade	Lapso Temporal de Auditoria	Nº Aditivos				
Contrato	Credor	Total Contrato (R\$)	Descrição	Valor Descritivo								
				5	4	3	2	1				
CT-019/2013	E. R. SOLUÇÕES INFORMÁTICA LTDA.	727.340,00	Aquisição	1	2	2	4	1	28	47	45	2565
CT-011/2016	IBM BRASIL - MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA.	503.588,64	Serviço	1	2	2	4	1	28	47	45	2610
CT-009/2016	MOB SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	509.197,92	Serviço	1	2	2	4	1	28	47	45	2655
CT-029/2017	INNEX TELECOM SOLUÇÕES EM NETWORK LTDA.-EPP	1.328.400,00		1	2	2	4	0	27	45	45	2700
ARP-040/2016	P ANDERSON FERREIRA DE LIMA-ME	54.122,10		1	2	2	4	0	27	45	45	2745
ARP-039/2016	DIMAIAS COMERCIAL LTDA.	57.700,00		1	2	2	4	0	27	45	45	2790
ARP-038/2016	DIMAIAS COMERCIAL LTDA.	184.992,00		1	2	2	4	0	27	45	45	2835
ARP-036/2016	MICROTIME SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO LTDA. - EPP	39.864,00		1	2	2	4	0	27	45	45	2880
ARP-025/2017	LANLINK SOLUÇÕES E COMERCIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA S/A	346.000,00		1	2	2	4	0	27	45	45	2925
ARP-024/2017	NUTRINE - NUTRIMENTOS NORDESTE LTDA.	68.797,00		1	2	2	4	0	27	45	45	2970
ARP-023/2017	MELHOR PROPOSTA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.	264.799,16		1	2	2	4	0	27	45	45	3015
ARP-022/2017	DCSA SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. - EPP	16.500,00		1	2	2	4	0	27	45	45	3060
ARP-021/2017	ETIBRAS BJK INDÚSTRIA DE ETIQUETAS E SUPRIMENTOS LTDA. - ME	12.800,40		1	2	2	4	0	27	45	45	3105
ARP-016/2017	PRISMA DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS LTDA. EPP	177.274,74		1	2	2	4	0	27	45	45	3150
ARP-014/2017	RR DE OLIVEIRA SUPRIMENTOS ME.	10.685,00		1	2	2	4	0	27	45	45	3195
ARP-013/2017	MELO E PINHEIRO LTDA.	44.352,00		1	2	2	4	0	27	45	45	3240
ARP-012/2017	MELO E PINHEIRO LTDA.	44.352,00		1	2	2	4	0	27	45	45	3285
ARP-011/2017	R & R DEDETIZAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.-ME	35.150,59		1	2	2	4	0	27	45	45	3330
ARP-010/2017	GRUPO SECT ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS FORTALEZA LTDA.-ME	81.346,36		1	2	2	4	0	27	45	45	3375
ARP-009/2017	LIDER CONTROLE AMBIENTAL LTDA. EPP	36.432,51		1	2	2	4	0	27	45	45	3420
ARP-008/2017	LANLINK SOLUÇÕES E COMERCIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA S/A	229.988,50		1	2	2	4	0	27	45	45	3465
ARP-007/2017	CLARIT COMERCIAL LTDA.	20.540,00		1	2	2	4	0	27	45	45	3510
ARP-006/2017	MELHOR PROPOSTA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.	75.150,00		1	2	2	4	0	27	45	45	3555
ARP-003/2017	MELHOR PROPOSTA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.	318.750,00		1	2	2	4	0	27	45	45	3600
ARP-001/2017	CLARIT COMERCIAL LTDA.	31.358,75		1	2	2	4	0	27	45	45	3645
CT-026/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL CONSIG T JUSTICA	0,00	Serviço	1	2	2	4	0	27	45	45	3690
CT-028/2016	L. C. NEVES RADIOCOMUNICAÇÕES - EPP	107.200,00	Aquisição	1	2	2	4	0	27	45	45	3735
CT-058/2012	R. A. DE OLIVEIRA BARROS - ME	920.019,36	Serviço	1	1	2	4	4	27	45	45	3780
CT-042/2016	INOVAH-EMPREENDEMENTOS E SERVIÇOS LTDA.-ME	2.092.907,96	Serviço	1	2	2	4	0	27	45	45	3825
CT-041/2016	COINTEL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS E INSTALAÇÕES LTDA.	1.265.097,64	Serviço	1	2	2	4	0	27	45	45	3870
CT-040/2016	COINTEL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS E INSTALAÇÕES LTDA.	871.646,94	Serviço	1	2	2	4	0	27	45	45	3915
CT-039/2016	COINTEL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS E INSTALAÇÕES LTDA.	785.935,70	Serviço	1	2	2	4	0	27	45	45	3960



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Auditoria Administrativa de Controle Interno**

**ANEXO II - MATRIZ DE RISCO**  
**Contratos**

					Fatores de Risco					Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
Contrato	Credor	Total Contrato (R\$)	Descrição	Valor Descritivo	Materialidade	Relevância	Complexidade	Lapso Temporal de Auditoria	Nº Aditivos				
					5	4	3	2	1				
CT-038/2016	C. MENEZES ENGENHARIA LTDA.	804.536,86	Serviço		1	2	2	4	0	27	45	45	4005
CT-035/2016	JAIRO JALES FERNANDES - EPP	128.119,84	Serviço		1	2	2	4	0	27	45	45	4050
CT-030/2016	ALBERFLEX INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA.	163.755,54	Aquisição		1	2	2	4	0	27	45	45	4095
CT-029/2016	WILLIAN AUGUSTO FERREIRA DE ARAÚJO	0,00	Serviço		1	2	2	4	0	27	45	45	4140
CT-023/2017	D A ARAGÃO COMÉRCIO - ME	203.166,54	Aquisição		1	2	2	4	0	27	45	45	4185
CT-002/2017	SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO CEARA - SINDIONIBUS.	76.000,00	Serviço		1	2	2	4	0	27	45	45	4230
CT-001/2017	SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO CEARA - SINDIONIBUS.	174.000,00	Serviço		1	2	2	4	0	27	45	45	4275
CT-044/2013	PRIMTEC ELETRICA LTDA.	759.631,05	Serviço		1	1	2	4	3	26	43	45	4320
CT-043/2013	WJ SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.	34.107,96	Serviço		1	1	2	4	3	26	43	45	4365
CT-008/2015	ÍCONE ELEVADORES LTDA. EPP	737.165,39	Serviço		1	1	2	4	2	25	42	45	4410
CT-011/2014	MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.	39.100,00	Aquisição		1	2	1	4	1	25	42	45	4455
ARP-017/2017	ACQUA RIOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUA LTDA. ME	202.030,00			1	2	1	4	0	24	40	45	4500
CT-007/2016	TRANSÁGUA TRANSPORTE DE ÁGUA LTDA.	587.000,00	Serviço		1	1	2	4	1	24	40	45	4545
ARP-015/2017	MELHOR PROPOSTA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.	891.890,01			1	1	2	4	0	23	38	45	4590
ARP-004/2017	CARLOS ALBERTO PEDRASSANI - ME	31.836,00			1	1	2	4	0	23	38	45	4635
CT-016/2016	ELEVADORES VILLARTA LTDA.	180.000,00	Aquisição		1	1	1	4	3	23	38	45	4680
CT-038/2014	TOTAL CLIPPING DE NOTICIAS LTDA.-ME	213.304,73	Serviço		1	1	1	4	3	23	38	45	4725
CT-026/2015	LANLINK SOLUÇÕES E COMERCIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA S/A	245.517,72	Serviço		1	1	1	4	3	23	38	45	4770
ARP-020/2017	PRISMA DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS LTDA. EPP	123.121,00			1	1	1	4	0	20	33	45	4815
ARP-018/2017	SUPRIMAX COMERCIAL LTDA.	107.139,87			1	1	1	4	0	20	33	45	4860
CT-009/2017	CEIA REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA.	94.000,00	Serviço		1	1	1	4	0	20	33	45	4905
CT-006/2014	MAGILA HELLEN PEREIRA ME	55.604,00	Serviço		1	1	1	4	0	20	33	45	4950
CT-026/2017	JL DIGITAL SERVIÇOS TECNOLÓGICOS LTDA.	46.254,90	Serviço		1	1	1	4	0	20	33	45	4995
CT-030/2017	JL DIGITAL SERVIÇOS TECNOLÓGICOS LTDA.	64.500,00	Serviço		1	1	1	4	0	20	33	45	5040
CT-039/2013	E. R. SOLUÇÕES INFORMÁTICA LTDA.	70.960,00	Aquisição		1	1	1	4	0	20	33	45	5085
CT-033/2016	POSITIVO INFORMÁTICA S/A.	396.900,00	Aquisição		1	1	1	4	0	20	33	45	5130
CT-031/2016	TELEMAR NORTE LESTE S/A .	434.432,16	Serviço		1	1	1	4	0	20	33	45	5175
CT-024/2016	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL SA	400.500,00	Serviço		1	1	1	4	0	20	33	45	5220
CT-019/2017	LANLINK SOLUÇÕES E COMERCIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA S/A	45.997,70	Aquisição		1	1	1	4	0	20	33	45	5265
CT-013/2017	NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA.	357.500,00	Aquisição		1	1	1	4	0	20	33	45	5310
CT-022/2015	LANLINK INFORMATICA LTDA.	48.000,00	Aquisição		1	1	1	4	0	20	33	45	5355



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Auditoria Administrativa de Controle Interno**

**ANEXO III - MATRIZ DE RISCO**  
**Tecnologia da Informação**

Universo	Sigla	Fatores de Risco					Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
		Lapso temporal de Auditoria	Relevância	Materialidade	Complexidade	Controle Interno				
		5	4	3	2	1				
Ação coordenada de auditoria-CNJ (governança, gestão, riscos e controle de TI e TIC)		4	4	1	4	3	50	83	60	60
Gestão de Processos Judiciais de 1ª Instância	SAJ PG	2	4	1	3	3	38	63	60	120
Concurso de Remoção para Servidores Efetivos	CONCURSO REMOÇÃO	4	2	1	2	1	36	60	60	180
Sistema de pré-cadastro das férias dos magistrados	Férias Magistrados	4	2	1	2	1	36	60	60	240
Ponto Eletrônico do Interior	Ponto Eletrônico do Interior	4	2	1	2	1	36	60	60	300
Sistema de Gestão de Materiais e Almojarifado	SAJADM -ALX	4	2	1	1	2	35	58	60	360
Sistemas de Controle de Processos Administrativos	SAJADM -CPA	4	2	1	1	2	35	58	60	420
Sistemas de Gestão de Recursos Humanos	SAJADM -GRH	4	2	1	1	2	35	58	60	480
Sistema da Corregedoria (Portal do Extrajudicial)	SAJADM -PEX	4	2	1	1	2	35	58	60	540
Sistema de Compras e Licitações	SAJADM -SCL	4	2	1	1	2	35	58	60	600
Sistema de Custos e Orçamentação	SAJADM -SCO	4	2	1	1	2	35	58	60	660
Sistema de Segurança Integrada de Aplicações	SAJADM -SEG	4	2	1	1	2	35	58	60	720
Sistema de Gestão Financeira	SAJADM -SGF	4	2	1	1	2	35	58	60	780
Sistema de Gestão de Veículos	SAJADM -SGV	4	2	1	1	2	35	58	60	840
Sistema de Patrimônio	SAJADM -SIP	4	2	1	1	2	35	58	60	900
Sistema de Pedidos	SAJADM -SPD	4	2	1	1	2	35	58	60	960
BPM Extension -Módulo de Relatórios de Gestão de Processos de Negócios	BPMEEx	4	2	1	1	1	34	57	60	1020
Coletor Estatístico Pai Presente	CEPP	4	2	1	1	1	34	57	60	1080
Ensino a Distância	EAD	4	2	1	1	1	34	57	60	1140
Sistema de contracheque e demais informações para os servidores do Judiciário	ESPACOSERVIDOR	4	2	1	1	1	34	57	60	1200
Sistema de Apoio à Aprendizagem.	Moodle	4	2	1	1	1	34	57	60	1260
Portal de Envio de IRPF para Servidores	PEIS	4	2	1	1	1	34	57	60	1320
Portal de Aplicações de Consultas do FERMOJU	PORTAL FERMOJU	4	2	1	1	1	34	57	60	1380
Sistema de Fachada para acesso aos dados de RH	RHFACADE	4	2	1	1	1	34	57	60	1440
Sistema de Controle de Acessos aos sistemas do TJ	SAA	4	2	1	1	1	34	57	60	1500
Sistema de Apoio à Digitalização	SAD	4	2	1	1	1	34	57	60	1560
Sistema de Auditoria da Corregedoria	SAUD	4	2	1	1	1	34	57	60	1620
Sistema de Bens Imóveis	SBIM	4	2	1	1	1	34	57	60	1680
Sistema de Controle de Certificados Digitais	SCCD	4	2	1	1	1	34	57	60	1740
Sistema de Cálculo Judicial	SCJUD	4	2	1	1	1	34	57	60	1800



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Auditoria Administrativa de Controle Interno**

**ANEXO III - MATRIZ DE RISCO**  
**Tecnologia da Informação**

Universo		Fatores de Risco					Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
		Lapso temporal de Auditoria	Relevância	Materialidade	Complexidade	Controle Interno				
		5	4	3	2	1				
		<b>Fermoju</b>								
Sistema de Conteúdo WEB	SCON	4	2	1	1	1	34	57	60	1860
Sistema de Controle de Permissões e Acesso	SCPA	4	2	1	1	1	34	57	60	1920
Sistema de Controle de Permissões e Acesso	SCPA Novo	4	2	1	1	1	34	57	60	1980
Sistema de Crachás	SCRACHA	4	2	1	1	1	34	57	60	2040
Sistema de Controle de Selos Extrajudiciais	SELOEXTRA	4	2	1	1	1	34	57	60	2100
Sistema de Controle de Selos Judiciais	SELOJUD	4	2	1	1	1	34	57	60	2160
Sistema de Serventias	SERVENTIAS	4	2	1	1	1	34	57	60	2220
Sistema de Gerenciamento da ESMEC	SESMEC	4	2	1	1	1	34	57	60	2280
Sistema de Gerenciamento de Contratos e Convênios	SGCC	4	2	1	1	1	34	57	60	2340
Sistema de Gerenciamento de Resultados	SGR	4	2	1	1	1	34	57	60	2400
Sistema de Automação de Bibliotecas, Arquivos, Museus e Memoriais.	SIABI	4	2	1	1	1	34	57	60	2460
Sistema de Postagem dos correios	SIGEP	4	2	1	1	1	34	57	60	2520
Sistema de Gerenciamento de Notícias	SIGNO	4	2	1	1	1	34	57	60	2580
Sistema de Ouvidoria Judicial para controle e acompanhamento das manifestações encaminhadas pela sociedade.	SIOGE	4	2	1	1	1	34	57	60	2640
Sistema de Pagamento de Pessoal	SIPP	4	2	1	1	1	34	57	60	2700
Sistema Integrado de Recursos Humanos	SIRH	4	2	1	1	1	34	57	60	2760
Sistema de Controle de Visitantes	SISCONVI	4	2	1	1	1	34	57	60	2820
Sistema de controle de processos	SISDOC Web	4	2	1	1	1	34	57	60	2880
Sistema de Pagamento de Subsídio -Registro Civil	SISFERC	4	2	1	1	1	34	57	60	2940
Sistema de Arrecadação do FERMOJU	SISFERMOJU	4	2	1	1	1	34	57	60	3000
Sistema utilizado pelos Cartórios para cadastrar os atos praticados no período de 03/12/2001 a 05/12/2008.	SISGUIA ExtraJudicial Offline	4	2	1	1	1	34	57	60	3060
Sistema de Guias Extrajudiciais On-line	SISGUIAS Extrajudicial On-line	4	2	1	1	1	34	57	60	3120
Sistema de Histórico de Pagamento de Guias do FERMOJU	SISGUIAS FERMOJU	4	2	1	1	1	34	57	60	3180
Sistema de Guias Judiciais	SISGUIAS Judicial	4	2	1	1	1	34	57	60	3240
Sistema Unificado do Fermoju. Composto atualmente por Três módulos: Depósito Judicial, Portal Emissor de Guias e Arrecadação	SISUFERMOJU	4	2	1	1	1	34	57	60	3300
Sistema de Registro de Plantão Judiciário	SNAJ	4	2	1	1	1	34	57	60	3360
Sistema de Pesquisa Organizacional	SPES	4	2	1	1	1	34	57	60	3420



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Auditoria Administrativa de Controle Interno**

**ANEXO III - MATRIZ DE RISCO**  
**Tecnologia da Informação**

		Fatores de Risco					Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
		Lapso temporal de Auditoria	Relevância	Materialidade	Complexidade	Controle Interno				
Universo	Sigla	5	4	3	2	1				
		Fermoju								
Sistema de Controle de Número de Ofícios	SPRES	4	2	1	1	1	34	57	60	3480
Sistema de Controle de Acesso com Catraca	VWACESSO	4	2	1	1	1	34	57	60	3540
Base de Julgados do Portal e-SAJ	Banco de Julgados	4	2	1	1	1	34	57	60	3600
Certidão Negativa Cível e Criminal	CNC	4	2	1	1	1	34	57	60	3660
Diário da Justiça Eletrônico	DJE	4	2	1	1	1	34	57	60	3720
Sistema de Eficiência de Unidades Judiciárias e Magistrados	Eficiência.jus	4	2	1	1	1	34	57	60	3780
Sistema para envio de documentos administrativos entre as unidades do TJCE e outros Órgãos.	MALOTE DIGITAL	4	2	1	1	1	34	57	60	3840
Sistema Processual -MPS -Tramitação de processos de Juizados Especiais, antigos.	MUMPS -JPC	4	2	1	1	1	34	57	60	3900
Sistema Processual -MPS -Tramitação de processos das Varas de Infância e Juventude, antigos.	MUMPS -SINJ	4	2	1	1	1	34	57	60	3960
Processo Judicial Eletrônico	PJE	4	2	1	1	1	34	57	60	4020
Disponibiliza painel estatístico da unidade -PJE.	PJE -Painel Estatística	4	2	1	1	1	34	57	60	4080
Sistema de suporte ao PJe, automatizando scripts de correção de erros.	PJe-SUPORTE	4	2	1	1	1	34	57	60	4140
Portal de Consultas e Serviços para usuários Externos dos sistemas SAJPG e SAJSG	Portal e-SAJ	4	2	1	1	1	34	57	60	4200
Processo Judicial Digital – Sistema para tramite digital de processos nos Juizados Especiais e Turmas Recursais nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.	PROJUDI	4	2	1	1	1	34	57	60	4260
Sistema de Recurso Especial Eletrônico do Superior Tribunal de Justiça	Recurso Especial Eletrônico - STJ	4	2	1	1	1	34	57	60	4320
Sistema de Recurso Extraordinário Eletrônico do Supremo Tribunal Federal	Recurso Extraordinário Eletrônico -STF	4	2	1	1	1	34	57	60	4380
Registro de Audiências em Áudio e Vídeo	SAJPG-Gravação de Audiências	4	2	1	1	1	34	57	60	4440
Sistema de cadastramento de Ofícios Requisitórios e Cálculos Judiciais de Precatórios	SAPRE	4	2	1	1	1	34	57	60	4500
Sistema de Buscas de Juizados Especiais	SBJE	4	2	1	1	1	34	57	60	4560
Sistema de Conciliação	SCONC	4	2	1	1	1	34	57	60	4620
Consulta Processual Unificada	SCPU	4	2	1	1	1	34	57	60	4680
Sistema Eletrônico de Execuções Unificadas	SEEU	4	2	1	1	1	34	57	60	4740
Sistema de Gerenciamento de Estatísticas da Corregedoria	SGEC	4	2	1	1	1	34	57	60	4800
Sistema de Mediação	SIME	4	2	1	1	1	34	57	60	4860
Sistema de Peritos	SIPER	4	2	1	1	1	34	57	60	4920





**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Auditoria Administrativa de Controle Interno**

**ANEXO III - MATRIZ DE RISCO**  
**Tecnologia da Informação**

		Fatores de Risco					Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
		Lapso temporal de Auditoria	Relevância	Materialidade	Complexidade	Controle Interno				
Universo	Sigla	5	4	3	2	1				
		Fermoju								
Sistema de Certidão Criminal On-line da Comarca de Fortaleza. Fornece certidões criminais obtidas através do SPROC e SAJPG para Comarca de Fortaleza.	SISCERTIDÃO	4	2	1	1	1	34	57	60	4980
Sistema Processual de 2º e 1º grau das Comarcas do Interior	SPROC	4	2	1	1	1	34	57	60	5040
Fomulário de Pré-Matrícula Creche Escola do Poder Judiciário	Creche Escola	4	2	1	1	1	34	57	60	5100
Portal da da Coordenadoria da Infância e da Juventude	Portal CIJCE	4	2	1	1	1	34	57	60	5160
Portal da Corregedoria Geral	Portal Corregedoria	4	2	1	1	1	34	57	60	5220
Portal da Biblioteca do TJCE	Portal da Biblioteca	4	2	1	1	1	34	57	60	5280
Portal da Escola Superior de Magistratura	Portal da ESMEC	4	2	1	1	1	34	57	60	5340
Portal da Sala de Situação da Presidência	Portal da Sala de Situação da Presidência	4	2	1	1	1	34	57	60	5400
O portal Juizado da Mulher tem por finalidade dar proteção a mulher contra as agressões físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais e morais no âmbito doméstico e familiar	Portal do Juizado da Mulher	4	2	1	1	1	34	57	60	5460
Portal Internet do TJCE	Portal Internet	4	2	1	1	1	34	57	60	5520
Portal Intranet do Poder Judiciário do Estado do Ceará	Portal Intranet	4	2	1	1	1	34	57	60	5580
Portal do Processo Judicial Eletrônico	Portal PJE	4	2	1	1	1	34	57	60	5640
Gestão de Processos Judiciais de 2ª Instância	SAJ SG	1	4	1	3	2	32	53	60	5700
Sistema de Biblioteca Digital	BDJUR	4	1	1	1	1	30	50	60	5760
Sistema de Medição de Obras	SAJADM -SMO	2	2	1	1	2	25	42	60	5820
Cadastro, Acompanhamento e Destruição de Armas	CADARM	2	2	1	1	1	24	40	60	5880
Sistema de Promoções de Servidores	SPROMO	1	2	1	1	1	19	32	60	5940
Sistema para Progressão por Desempenho (Servidores)	DESEMPENHO	1	2	1	1	1	19	32	60	6000



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Auditoria Administrativa de Controle Interno**

**ANEXO IV - MATRIZ DE RISCO**  
**Serviços de Engenharia**

	Sigla	Fatores de Risco					Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
		Lapso temporal de Auditoria	Relevância	Materialidade	Complexidade	Controle Interno				
Universe	Valor (R\$)	5	4	3	2	1				
Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da complementação da obra de reforma e ampliação do prédio da Corregedoria Geral da Justiça. (CT-003/2017)	842.987,29	4	2	1	3	2	39	65	45	45
Execução da Obra de Reforma de adequação de edifício para instalação do Fórum de Iracema. (CT-032/2017)	549.651,19	4	2	1	3	2	39	65	45	90
Contratação de empresa especializada em engenharia para a reforma parcial do Fórum da Comarca de Aracoiaba. (CT-011/2017)	518.675,98	4	2	1	3	2	39	65	45	135
Contratação de empresa especializada em engenharia para as reformas parciais de 02 (duas) Residências Oficiais de Juizes destinadas ao funcionamento do Fórum da Comarca de Santa Quitéria-Ce. (CT-007/2017)	245.761,12	4	2	1	3	2	39	65	45	180
Reforma parcial com ampliação do Fórum da Comarca de Itaitinga. (CT-018/2017)	223.864,39	4	2	1	3	2	39	65	45	225
Fornecimento e instalação de 01(um) elevador elétrico sem casa de máquinas, com desmontagem de elevador existente, incluindo prestação de garantia e manutenção preventiva e corretiva por 12 (doze) meses, no edifício do Fórum Clóvis Beviláqua. (CT-016/2016)	180.000,00	4	2	1	2	2	37	62	45	270
Fornecimento e Instalação do Sistema de Climatização e Ventilação Mecânica da Sala de Provas Bélicas do Fórum Clóvis Beviláqua. (CT-018/2016)	147.879,77	4	2	1	2	2	37	62	30	300
Contratação de empresa especializada em engenharia para a reforma parcial de 01 (uma) Residência Oficial de Juíz destinada ao funcionamento do Fórum na Comarcas de Independência-Ce. (CT-006/2017)	99.828,99	4	2	1	2	2	37	62	45	345
Contratação de empresa de prestação de serviços com fornecimento de materiais para a execução da substituição de esquadria da Fachada da ESMEC. (CT-010/2017)	49.543,00	4	2	1	2	2	37	62	45	390
Reforma parcial do Fórum da Comarca de Aracati: Elevação do Muro. (CT-008/2017)	33.726,92	4	2	1	2	2	37	62	45	435
Contratação de empresa especializada em engenharia para ampliação da caixa do elevador do Fórum Clóvis Beviláqua. (CT-017/2016)	29.444,48	4	2	1	2	2	37	62	45	480



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Auditoria Administrativa de Controle Interno**

**ANEXO V – Atividades Sistemáticas**

**Atividades Sistemáticas**

**a) Suprimento de Fundos**

Pontos a serem Monitorados	Responsáveis	Escopo	Fonte de Informação
Regularidade da Prestação de Contas	SEFIN/ Concessionário	Examinar a realização das despesas	Documentos comprobatórios da realização das despesas

**b) Execução Orçamentária**

Pontos a serem Monitorados	Unidades Responsáveis	Escopo	Fonte de Informação
PPA / LDO/LOA	SEFIN	Avaliar o cumprimento dos objetivos, prioridades e metas estabelecidas	Respectivos diplomas legais
Execução Orçamentária e Financeira das Receitas	SEFIN	Acompanhar o ingresso das receitas	Dados produzidos pelas unidades administrativas envolvidas com o ingresso de recursos
Execução Orçamentária e Financeira das Despesas	SEFIN	Acompanhar a realização das despesas	Dados produzidos pelas unidades administrativas envolvidas com a realização das despesas
Execução Orçamentária de Restos a Pagar	SEFIN	Acompanhar a Inscrição e pagamento de RP	Dados produzidos pelo DEFIN
Alterações Orçamentárias	SEFIN	Acompanhar as Alterações orçamentárias	Dados produzidos pelo DEFIN

**c) Gestão Fiscal**

Pontos a serem Monitorados	Unidades Responsáveis	Escopo	Fonte de Informação
LOA	SEFIN	Avaliar o cumprimento dos limites estabelecidos	Respectivos diplomas legais
Execução Orçamentária e Financeira dos gastos de pessoal	SEFIN	Acompanhar o registro dos gastos	Dados produzidos pelas unidades administrativas envolvidas com a realização das despesas
Execução Orçamentária e Financeira do repasse dos recursos pelo Tesouro	SEFIN	Acompanhar o repasse dos recursos pela SEFAZ	Dados produzidos pelas unidades administrativas envolvidas